

ANEXO 5 - AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO AEFGA (CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO)

Conteúdo

ENQUADRAMENTO	2
OPÇÕES PEDAGÓGICAS ESTRATÉGICAS	2
PROPOSTA DE GESTÃO DO CURRÍCULO	9
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO	12
ANEXOS	13
ANEXO 1 – Planificador	13
ANEXO 2 – Processos/instrumentos de recolha de informação e respetivas rubricas de avaliação	14
ANEXO 3 – Modelo para elaboração de rubricas de avaliação	15
ANEXO 4 - Exemplos de Critérios para uso em Rubricas (alguns já utilizados em rubricas já produzidas):	15
ANEXO 5 – Modelo para definição de critérios de avaliação e de classificação.....	16
ANEXO 6 – Correspondência entre os níveis de consecução e as escalas de classificação por níveis de ensino.....	16

ENQUADRAMENTO

A definição ou redefinição de critérios de avaliação de um agrupamento de escolas há de partir sempre da leitura do currículo, iluminada por uma visão de escola que, desejavelmente, se expressa no seu projeto educativo (PE). No caso, a visão de escola do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo (AEFGA),

Queremos ser a melhor escola pública de Cascais, a comunidade educativa mais feliz,

inspira a missão e os valores assumidos no PE, que se materializam no perfil de aluno para o qual é orientado o serviço educativo prestado pelo AEFGA.

Assim e não perdendo de vista o nosso objetivo, a definição dos critérios do AEFGA, começamos por estabelecer que o que se pretende - com vista a concretizar a visão acima - é promover uma educação integral do aluno - a pessoa no centro do processo educativo -, que o equipe para a complexidade, incerteza e descontinuidade do mundo.

Considerando o perfil dos alunos que julgamos estar equipado para este mundo, a saber,

- **Autoconfiantes:** responsáveis por si e pelos outros, pelo ambiente, capazes de aceitar desafios, calculando e controlando riscos. Sejam autorreflexivos e valorizem a retidão e o bem comum
- **Curiosos:** empenhados e autónomos na busca do conhecimento. Exigentes, rigorosos, críticos e criativos na abordagem da complexidade que a realidade oferece. Sejam perseverantes e resilientes e aspirem à superação
- **Autodeterminados:** livres, mas comprometidos com o exercício da cidadania e da democracia na comunidade a que pertencem e em qualquer outra em que venham a inserir-se. Sejam íntegros e assertivos, capazes de defender os seus princípios, valorizando a crítica e elogio honestos como formas de desenvolvimento pessoal
- **Felizes:** alegres e positivos, equilibrados física, intelectual e emocionalmente. Sejam atentos ao outro, capazes de aceitar e valorizar a diferença, desenvolvam a empatia, a compaixão e a cooperação,

há que traçar o caminho que nos propomos percorrer para o concretizar, o qual decorre de um conjunto de opções pedagógicas estratégicas.

OPÇÕES PEDAGÓGICAS ESTRATÉGICAS

Assumimos como opções pedagógicas que emergem do foco lançado por este Perfil

1. A capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem, o que naturalmente supõe fazer do aluno o centro do processo de aprendizagem e ensino. Com esse propósito privilegiamos:
 - i. a aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real
 - ii. a metodologia de *inquiry based learning* (IBL)
2. A preponderância da avaliação formativa ou avaliação para as aprendizagens (ApA) sobre a avaliação sumativa ou avaliação das aprendizagens (AdA). Tal prevalência justifica-se já que, sendo a avaliação formativa, ApA, eminentemente pedagógica, dado o seu alinhamento com o ensino e a aprendizagem, é tendencialmente contínua, enquanto a avaliação sumativa, AdA, se dirige, fundamentalmente, à produção de balanços pontuais. Não obstante, é de salientar a sua complementaridade e, em consequência, o facto de ambas concorrerem para:
 - i. a autorregulação do aluno
 - ii. a regulação das aprendizagens

Passemos então à dilucidação dos fundamentos das opções pedagógicas acima enunciadas.

1. Capacitação do aluno como agente no seu processo de aprendizagem, o que naturalmente supõe fazer do aluno o centro de um processo de aprendizagem e ensino, pautado pela atividade de professores qualificados, na orientação dos esforços do aluno, nomeadamente, mediante a distribuição de *feedback* de qualidade.

O termo *Agência* é pensado por Bandura (2006), no âmbito da sua teoria cognitiva social, como a capacidade que a pessoa tem de agir e de intervir no curso de acontecimentos que constitui a sua vida, isto é, ser agente é influenciar intencionalmente as próprias condições de vida¹. Para isso, a pessoa faz planos e desenha estratégias para as ações a desenvolver; estabelece objetivos, antecipa resultados; autorregula-se, avalia e autoavalia-se para ajustar e corrigir estratégias. Um dos mecanismos constitutivos da *Agência* é a crença na auto-eficácia - fundação da aspiração, motivação e realizações humanas. Se as pessoas não acreditarem que podem produzir os efeitos desejados pela sua ação não terão incentivo para agir ou perseverar. Esta crença central de que se tem poder para operar mudanças e atuar em processos cognitivos, motivacionais, afetivos e decisórios, determina uma visão otimista ou pessimista do mundo, o modo como se encaram oportunidades e obstáculos. E, em consequência, a perseverança face à adversidade - pessoas com baixa crença na auto-eficácia veem o resultado do seu esforço como uma fatalidade

¹ Bandura (2012) - International Union of Psychological Sciences, Cape Town <https://vimeo.com/227965360>

e desistem facilmente face a dificuldades. Pessoas com elevada crença na auto-eficácia veem os obstáculos como ultrapassáveis, mediante desenvolvimento das suas competências e do esforço perseverante. A auto-eficácia afeta a qualidade da vida emocional e a tolerância ao stress. Finalmente, determina as escolhas que as pessoas fazem em momentos críticos da sua vida. Esta crença combina o realismo face a desafios difíceis com o otimismo de que é possível vencer esses desafios com o auto-desenvolvimento.² De algum modo, o aluno agente é o aluno com *locus* de controlo interno, tal como o concebe Rotter (1966).

Compete à escola criar as condições necessárias e suficientes para o desenvolvimento da *Agência*, assim concebida, no aluno, das quais cremos fazerem parte as seguintes.

i. Aprendizagem significativa, que parte dos problemas que emergem da complexidade do mundo real

Fazer do mundo real, dos seus problemas, da sua incerteza e imprevisibilidade, a sala de aula, parece, de acordo com a investigação, trazer resultados muito positivos para o desempenho dos alunos e para o desenvolvimento de competências variadas e também da motivação (McGrath, S. & Rogers L., 2019). Acresce que, de acordo com Costa & Couvaneiro (2019), partir de problemas concretos da realidade, poderá ter um efeito mobilizador relativamente a alunos menos motivados. Os mesmos autores, defendendo a indispensabilidade de um ensino que se estructure em torno da complementaridade entre conhecimento e competências, referem a este propósito:

Inspirar os alunos e promover neles uma motivação intrínseca deve ser um dos primeiros objetivos dos professores. Para tal, devem ser promovidas situações de aprendizagem personalizadas, baseadas em projetos, com problemas reais, ligados à vida e às experiências dos alunos recorrendo-se também a processos de avaliação que constituam eles próprios mecanismos de aprendizagem. Para que tal aconteça, não é possível dissociar artificialmente conhecimentos e competências.³

De salientar a coincidência entre tarefas de aprendizagem e tarefas de avaliação, aspeto a que voltaremos mais abaixo quando explicitarmos a opção pela prevalência, no AEEGA, da avaliação para as aprendizagens (ApA).

ii. Metodologia de *inquiry based learning* (IBL)

² <https://albertbandura.com/albert-bandura-agency.html> - consultado em 14/05/2020

³ Costa, J. & Couvaneiro, J. 2019. *Conhecimentos vs. Competências – Uma dicotomia disparatada na educação*. Lisboa: Guerra & Paz. p 18

A metodologia IBL parece ser a que melhor serve o propósito maior, enunciado como primeira opção estratégica, de capacitação do aluno como agente, e bem assim a que materializa de forma mais completa a aprendizagem significativa. Senão vejamos, a IBL aborda a aprendizagem a partir do aluno, colocando-o no centro de todo o processo: em lugar de o entender como recetáculo de conhecimentos transmitidos pelo professor, envolve-o ativamente na construção do conhecimento, sendo este organizado em torno de um objetivo partilhado, coloca o professor no papel de facilitador, estabelece ligações aos problemas do mundo real, mobiliza competências superiores e concretiza-se em produtos passíveis de serem apresentados. Permite, nesse sentido, uma exploração global do currículo sem o espartilho dos limites disciplinares, privilegiando sempre que possível uma abordagem transdisciplinar, sem prejuízo das abordagens multidisciplinar e interdisciplinar. Entendemos estas abordagens no sentido proposto por Choi & Pak (2006)⁴:

Multidisciplinar - consideração de um tema/problema dos pontos de vista das diversas disciplinas que o abordam, conservando estas os seus limites;

Interdisciplinar - capitalização dos contributos das diferentes disciplinas para um tema/problema, sintetizando-os e harmonizando-os num todo coerente;

Transdisciplinar - integração das diversas disciplinas, transcendendo estas os seus limites convencionais numa perspetiva humanista de consideração de um tema/problema.

A escolha da abordagem é determinada pela natureza do tema/problema, tendo em mente as palavras-chave associadas pelos próprios autores a cada uma, a saber, aditiva, no caso da multidisciplinaridade; interativa, quando falamos de interdisciplinaridade e holística, relativamente à transdisciplinaridade, podendo estas abordagens funcionar de forma alternativa ou concomitante.

São estes traços que fazem da IBL a metodologia mais valorizada pela investigação para o desenvolvimento das competências necessárias ao cidadão do século XXI. (McGrath, S. & Rogers L., 2019)

Afigura-se-nos que esta perspetiva, potenciada pelos recursos disponibilizados pela inteligência artificial (IA) - proporcionando percursos flexíveis de aprendizagem -, possibilita a centralidade da pessoa e da sua formação integral no processo de aprendizagem, garantindo a dimensão social, e eminentemente cooperativa, da educação. Acresce que se pretende a rentabilização dos recursos

⁴ Choi BC, Pak AW. Multidisciplinarity, interdisciplinarity and transdisciplinarity in health research, services, education and policy: 1. Definitions, objectives, and evidence of effectiveness. *Clin Invest Med*. 2006;29(6):351-364.

tecnológicos com o objetivo de implementar e dinamizar oportunidades de aprendizagem formais, não formais e informais numa lógica de aprendizagem ao longo da vida (ALV), fomentando a agência - entendida como elemento essencial da capacidade de autorregulação do aluno, na medida em que o capacita para a assunção do controlo do seu processo de aprendizagem - e por essa via para a sua autonomia como aprendente permanente.

Acreditamos, deste modo, em total alinhamento com a proposta da OCDE⁵, garantir o desenvolvimento nos nossos alunos da capacidade de ALV autodirigida, equipando-os para os empregos que ainda não existem, as tecnologias que hão de ser inventadas e os problemas que não conseguimos antecipar.

3. Preponderância da avaliação para as aprendizagens (ApA) sobre a avaliação das aprendizagens (AdA)

De acordo com Fernandes (2020)⁶, a decisão que cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada toma sobre a modalidade de avaliação a privilegiar - ApA, ou avaliação formativa, ou AdA, ou avaliação sumativa - constitui uma opção pedagógica crucial, que enforma a visão de escola e a interpretação do currículo, que se consubstanciará nos critérios de avaliação e, conseqüentemente, determinará o processo de aprendizagem e de ensino. A investigação das últimas décadas parece fundamentar a nossa opção pela prevalência de processos de avaliação formativa, na medida em que beneficia a aprendizagem de **todos** os alunos.

De facto, o modo de apropriação do currículo que se expressa nos critérios de avaliação que o agrupamento ora se propõe redefinir, capitalizando a recentemente adquirida experiência de Ensino a Distância (EaD) ou, na expressão inspirada de Xavier Aragay (2020)⁷, Ensino Remoto de Emergência, exige, ainda mais agora - em virtude daquela experiência -, uma atenção ao que importa **realmente** aprender.

Este período excepcional que atravessámos (atravessamos) motivou uma reflexão que, no trilho da cultura de escola que é a nossa, quisemos amplamente participada.

Da informação já recolhida e tratada pelo agrupamento, sobre as perceções dos professores relativamente ao período de EaD, afigurou-se consensual, entre outras,

⁵ Dumont, Hanna, David Istance, and Francisco Benavides. 2010. *Nature of learning: using research to inspire practice*.

Organisation for Economic Co-operation and Development. <http://www.oecd.org/education/cei/50300814.pdf>

⁶ Fernandes, Domingos (2020). Folha *Critérios de avaliação*. DGE: Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

⁷ Fundador do Reimagine Education Lab

a necessidade de distinguir o essencial do acessório, para privilegiar o primeiro no planeamento de tarefas e de sessões síncronas e assíncronas. Tal esforço deve constituir uma propedêutica e investir uma atitude metodológica na definição dos critérios de avaliação.

Relativamente às perceções de alunos e famílias, foi muito referido algum excesso de tarefas atribuídas e respetiva sobreposição em termos de prazos; alguma dispersão no que se refere às plataformas/ferramentas síncronas e assíncronas utilizadas; algum desenvolvimento da autonomia dos alunos, que, no outro extremo do espectro, se traduziu em algum sentimento de abandono, por falta de apoio e de orientações por parte dos professores; também alguma ausência de *feedback* relativamente às tarefas desenvolvidas.

Nesse sentido, e, de novo sem esquecer que a avaliação pedagógica pressupõe a complementaridade entre avaliação formativa e avaliação sumativa, ancorada nos propósitos:

- de melhoria das aprendizagens
- de incorporação da avaliação nas tarefas de ensino e aprendizagem - não diferindo as tarefas destinadas a ensinar e aprender das destinadas a avaliar
- do empossamento dos alunos da sua avaliação
- de diversificação dos modos de recolha da informação

pretende-se enfatizar a avaliação formativa (ApA) pelo seu caráter mediador na autorregulação do aluno e na regulação das aprendizagens.

i. Autorregulação do aluno

A capacidade de autorregulação cognitiva e emocional, que resulta do desenvolvimento consistente das funções executivas, constitui-se como alicerce do desenvolvimento do conjunto de competências de aprendizagem ao longo da vida. São estas competências que apetrecham o indivíduo para fazer face à complexidade e imprevisibilidade crescentes da realidade, habilitando-o a lidar com o fluxo contínuo de informação e com a sua caducidade (Clark, 2012).

Em consequência, a consolidação daquela, mediante estratégias de aprendizagem autorregulada, afigura-se crucial na educação e converge para o movimento de recentramento do aluno no processo de ensino aprendizagem e concomitantemente para a sua capacitação como agente.

Torna-se evidente que a avaliação formativa, na sua dupla vertente de avaliação para a aprendizagem (ApA) e de avaliação como aprendizagem (AcA)⁸, assume aqui o papel central, permitindo ao aluno situar-se no percurso individual de

⁸ Clark (2012) distingue, na avaliação formativa, a ApA da AcA. A ApA concretiza-se na monitorização do progresso do aluno em direção ao objetivo traçado para a sua aprendizagem, mediante a clarificação de critérios de avaliação e a produção de *feedback*. A AcA foca-se na reflexão individual e conjunta (com pares e professores) sobre as evidências da aprendizagem. Supõe um processo colaborativo entre professores e alunos entre alunos e alunos de construção dialógica de objetivos e de critérios de sucesso, mobilizando estratégias de metacognição, em que o aluno aprende a aprender.

aprendizagem, mediante o acesso a *feedback* de qualidade, orientar e ajustar o seu esforço em direção aos objetivos visados, clarificando critérios, e refletindo sobre processo e resultados, desempenhando um papel ativo na construção partilhada de critérios de sucesso e apurando práticas de autoavaliação e avaliação interpares. A coautoria do aluno na sua aprendizagem opera o sentimento de controlo - nos planos cognitivo, emocional e motivacional - sobre o processo e, conseqüentemente, constitui um pilar no desenvolvimento da autorregulação. Tal coautoria não secundariza, porém, a imprescindível apreciação técnica, por parte do professor, que, de resto, sustenta o *feedback* de qualidade, acima referido.

ii. Regulação das aprendizagens

A autorregulação do aluno não esgota o contributo incomensurável da avaliação formativa para o processo de ensino e aprendizagem, designadamente para a regulação das aprendizagens.

Passada que está a fase em que a recolha de evidências relativas ao sucesso das aprendizagens ocorria no final das unidades de aprendizagem - como se, recorrendo à imagem usada por Wiliam (2010)⁹, a tripulação de um avião de longo curso se ocupasse apenas de seguir o plano de voo em direção ao destino, sem jamais tomar nota do progresso, relativamente ao plano, das sucessivas posições relativas, a fim de proceder aos ajustamentos necessários e assim garantir o sucesso na chegada ao destino - parece consensual a necessidade de uma recolha sistemática e contínua de informação que informe o incontornável *feedback*.

A legitimação do *feedback* na educação é imediata, pelo seu papel instrumental de providenciar informação que permita desenvolver a autonomia do aluno (respondendo à necessidade de este se posicionar relativamente ao objetivo proposto para a sua aprendizagem; ao modo como esta está a processar-se relativamente àquele e ao que é necessário fazer a cada momento para garantir a sua concretização), a sua capacidade de autorregulação, capacitando-o como agente. Porém, se esta dimensão - recolha de informação para *feedback* ao aluno - se afigura evidente, não é de menos acentuar o valor da avaliação formativa na produção de informação preciosa para a navegação no contexto da prática docente de sala de aula, reorganizando atividades para ajustar o ensino, informando decisões quanto ao rumo a seguir para tornar mais efetivas as aprendizagens.

Se aceitarmos que um *feedback* substantivo comporta três componentes¹⁰,

- *feed up* - entendido como construção partilhada de objetivos e critérios de aprendizagem
- *feed back* - visto como disponibilização de informação oral ou escrita sobre o desempenho do aluno em cada tarefa, que, mais do que identificação dos

⁹ Wiliam, Dylan (2010). "The role of formative assessment in effective learning environments", in Hanna Dumont, David Instance and Francisco Benavides (eds.), *The Nature of Learning: Using Research to Inspire Practice*, OECD Publishing

¹⁰ Machado, Eusébio (2020). Folha *Feedback*. DGE: Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica. Universidade de Lisboa [Instituto de Educação]. Direção-Geral de Educação. Lisboa.

erros e respetiva correção, resulta da avaliação do seu progresso relativamente aos objetivos pretendidos e da indicação de ações conducentes à sua concretização

- *feed forward* - materializado na utilização, pelo professor, da informação recolhida para efeitos de reflexão, reorganização, reajustamento das suas estratégias e ações futuras,

a vertente de regulação das aprendizagens configura o corolário da avaliação formativa ou avaliação para a aprendizagem.

Neste contexto, faz sentido recuperar aqui a definição de avaliação formativa proposta por Black and Wiliam (2009):

An assessment functions formatively to the extent that evidence about student achievement is elicited, interpreted, and used by teachers, learners or their peers to make decisions about the next steps in instruction that are likely to be better, or better founded, than the decisions they would have taken in the absence of that evidence.¹¹

PROPOSTA DE GESTÃO DO CURRÍCULO

A gestão do currículo que aqui se propõe é uma construção partilhada para a qual concorrem:

- os documentos curriculares orientadores, designadamente as Aprendizagens Essenciais (AE)
- o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, cujas competências confluem para o perfil do aluno AEFGA
 - Autoconfiantes - B - F - G¹²
 - Curiosos - C - D - F - H - I
 - Autodeterminados - A - E - F
 - Felizes - E - J
- a reflexão sobre as mudanças introduzidas pela EaD, mediante informação recolhida junto da comunidade educativa:
 - professores
 - alunos
 - encarregados de educação

¹¹ citado por: Wiliam, Dylan (2010). "The role of formative assessment in effective learning environments", in Hanna Dumont, David Instance and Francisco Benavides (eds.), *The Nature of Learning: Using Research to Inspire Practice*, OECD Publishing. pp 148

¹² Competências do PASEO – A – Linguagens e Textos; B – Informação e Comunicação; C – Raciocínio e Resolução de Problemas; D – Pensamento Crítico e Pensamento Criativo; E – Relacionamento Interpessoal; F – Desenvolvimento Pessoal e Autonomia; G – Bem-estar, Saúde e ambiente; H – Sensibilidade Estética e Artística; I – Saber Científico, Técnico e Tecnológico; J – Consciência e Domínio do Corpo

- os domínios identificados como mais estruturantes do currículo pelas lideranças pedagógicas no âmbito de uma formação em avaliação, promovida pelo Projeto MAIA - em resultado de um contrato com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - nas quais se densificam as competências do PASEO, saber:
 - **Conhecimento** - B - C - D - I - H - G - J
 - **Comunicação** - A - B - C - D - I - J
 - **Resolução de Problemas** - B - C - D - I
 - **Desenvolvimento Pessoal e Interpessoal** - E - F - G - J

Para estes domínios identificados como estruturantes do currículo e aprovados em Conselho Pedagógico como referencial geral do agrupamento, foram definidos critérios e descritores de desempenho com níveis de consecução (três níveis descritos e dois intermédios), como se segue:

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS					
CRITÉRIOS	Níveis de desempenho				
	N5	N4	N3	N2	N1
Interpretação da informação	Analisa e interpreta corretamente a informação, selecionando a mais pertinente e adequada	Nível intermédio	Seleciona e interpreta a informação de forma adequada	Nível intermédio	Não revela capacidade para selecionar e interpretar informação pertinente
Planeamento e execução	Gere projetos e toma decisões revelando excelentes capacidades de planeamento e execução.		Planeia e desenvolve projetos de forma organizada		Não revela capacidades de planeamento e execução adequadas
Avaliação e criatividade (inovação)	Avalia os problemas criando soluções inovadoras		Avalia os problemas apresentando soluções pouco inovadoras		Não revela capacidades de avaliação e criatividade.

CONHECIMENTO					
CRITÉRIOS	Níveis de desempenho				
	N5	N4	N3	N2	N1
Compreensão	Compreende facilmente conceitos e teorias previstas	Nível intermédio	De forma apoiada, compreende conceitos e teorias previstas	Nível intermédio	Não compreende conceitos e teorias previstas
Aplicação e análise	Aplica de forma autónoma os conceitos e teorias previstos		Aplica conceitos e teorias de forma adequada		Não aplica
Avaliação e criação	Avalia com base numa análise rigorosa de conceitos e teorias propondo novas abordagens		Avalia conceitos e teorias previstos com base numa análise apoiada		Não revela capacidade para analisar e avaliar.

COMUNICAÇÃO

CRITÉRIOS	Níveis de desempenho				
	N5	N4	N3	N2	N1
Aspetos verbais e não verbais	Utiliza a língua de forma correta e num registo adequado, apresentando um reportório lexical diverso e rico. Oralidade: apresenta uma postura corporal correta e expressiva	Nível intermédio	Apresenta algumas incorreções linguísticas que não comprometem a compreensão; reportório lexical satisfatório. Oralidade: apresenta uma postura corporal adequada	Nível intermédio	Apresenta muitas incorreções linguísticas, um registo não adequado e reportório lexical elementar. Oralidade: apresenta uma postura corporal não adequada
Organização	Produz um texto claro e muito organizado, evidenciando uma boa planificação prévia		Produz um texto organizado, evidenciando uma suficiente planificação prévia		Produz um texto confuso e desorganizado, não evidenciando planificação prévia
Capacidade de fundamentação/ Criatividade	Fundamenta muito bem os seus juízos e revela sentido crítico (estabelece relações com outros conhecimentos); reformula posições considerando pontos de vista contrários e é inovador / criativo/ apelativo na forma de apresentação		Fundamenta os seus juízos, procura estabelecer relações com outros saberes. Revela alguma flexibilidade na interação com opiniões diferentes		Não revela espírito crítico nem criativo

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E INTERPESSOAL

CRITÉRIOS	Níveis de desempenho				
	N5	N4	N3	N2	N1
Responsabilidade	Comporta-se de forma exemplar, revelando um grande nível de responsabilidade	Nível intermédio	Cumprir, de modo geral, as regras estabelecidas, apresentando algumas falhas ao nível da responsabilidade	Nível intermédio	Não cumpre as regras estabelecidas, não é responsável
Autonomia	Revela um elevado nível de autonomia nas diferentes atividades de aprendizagem, manifestando uma atitude proativa		Revela autonomia, embora com algumas falhas		Não revela autonomia
Cooperação	Trabalha muito bem em equipa; revela empatia, tolerância e capacidade de negociação para o bem comum		Coopera e partilha de forma adequada.		Não revela capacidades de cooperação.
Autorregulação	Consolida e aprofunda competências autorreguladoras numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida		Desenvolve competências autorreguladoras identificando áreas a melhorar.		Não revela capacidades de autorregulação

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Estabelecidos os domínios gerais do agrupamento e respetivos critérios de consecução, no contexto de uma opção inequívoca pela prevalência da avaliação formativa, a etapa seguinte consiste na construção de critérios de avaliação diferenciados por disciplina, assumida que é a indissociabilidade entre a avaliação e a didática (Cosme, A., Ferreira, D., Sousa, A., Lima, e L., Barros, M., 2020).

Não obstante a valorização da avaliação para as aprendizagens (ApA), ou formativa, torna-se necessário, periodicamente, proceder a um balanço sobre o que *os alunos sabem e são capazes de fazer* (Fernandes, 2020)¹³, juízo que, por força da organização do sistema educativo, acaba por se traduzir numa classificação.

Em consequência, procura-se que a operacionalização da avaliação formativa se processe com recurso a instrumentos de recolha de informação diversificados que permitam a distribuição de *feedback* de elevada qualidade ancorado em rubricas de avaliação. Estas rubricas de avaliação, desejavelmente trabalhadas, e mesmo construídas, em conjunto com os alunos, explicitam critérios e estabelecem descritores por nível de consecução (cinco níveis, sendo dois intermédios). Os níveis de consecução remetem para referências classificativas e, conseqüentemente, é possível estabelecer uma correspondência com as escalas classificativas utilizadas nos diferentes ciclos.

Deste modo, e reafirmada a prevalência da avaliação para as aprendizagens (apA), ou formativa, evidencia-se a subsidiariedade da classificação, que consubstancia a avaliação das aprendizagens (AdA), ou sumativa, relativamente à avaliação.

Em anexo, exemplos de instrumentos construídos pelos departamentos e agrupamentos disciplinares e validados em sede de Conselho Pedagógico que visam agilizar a operacionalização das propostas aprovadas e se constituem como declinações práticas desta gestão curricular - decisão quanto ao que se considera importante aprender, propostas de tarefas de ensino, aprendizagem e avaliação e respetivas rubricas de avaliação e correspondência entre os níveis de consecução e as escalas de classificação por níveis de ensino.

¹³ Fernandes, D. (2020). *Critérios de avaliação*. DGE: Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica. Universidade de Lisboa [Instituto de Educação] Direção-Geral de Educação. Lisboa. pp.14

ANEXOS

ANEXO 1 – Planificador

PLANIFICAÇÃO ANUAL - OPERACIONALIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS /AVALIAÇÃO			
ANO:		DISCIPLINA:	
Organizador	Aprendizagens Essenciais	Atividades de ensino, aprendizagem e avaliação (formativa)	Processos de recolha de informação (a remeter para rubricas)
Tal como consta do doc. das Aprendizagens Essenciais, da DGE	Tal como consta do doc. das Aprendizagens Essenciais, da DGE	A definir em grupo de trabalho	A definir em grupo de trabalho

Exemplos de processos/instrumentos de recolha	Rubricas de avaliação	Exemplos de processos/instrumentos de recolha	Rubricas de avaliação
Anotações;		7 - Pré-escolar;	Rubrica de avaliação
2 - Apresentação oral;	Rubrica de avaliação	22 - Produções textuais / trabalhos escritos;	
Aptidão física;		Quadros/Tabelas;	
Assembleia de Turma (atas);		Questionários;	
Avaliação do trabalho de casa;		Questões-aula;	
3 - Comunicação matemática;	Rubrica de avaliação	16 - Reflexão crítica sobre um trabalho em grupo;	Rubrica de avaliação
Coreografia;		Registos áudio;	
4 - Debate;	Rubrica de avaliação	Registos escritos;	
5 - Desenho - EPE;	Rubrica de avaliação	Registos fotográficos;	
Dossiês temáticos;		Registos vídeo;	
6 - Dramatização;	Rubrica de avaliação	9 - RELATÓRIO;	Rubrica de avaliação
Entrevistas;		15 - Relatório avaliação analítica;	Rubrica de avaliação
Esquemas;		14 - Relatório avaliação holística;	Rubrica de avaliação
Exercício;		8 - Relatório matemático (adaptável a mais disciplinas);	Rubrica de avaliação
Ficha de avaliação de competências/conhecimentos;		Resolução de exercícios;	
21 - Fórum;	Rubrica de avaliação	10 - Resolução de problemas;	Rubrica de avaliação
Gráficos;		1 - Resumo (síntese);	Rubrica de avaliação
Guiões de análise de diferentes tipologias;		Testes;	
Guiões/fichas de pesquisa orientada;		17 - Texto argumentativo;	Rubrica de avaliação
Inquéritos;		13 - Texto escrito em LE;	Rubrica de avaliação
Jogo;		19 - Trabalho de pesquisa (produto);	Rubrica de avaliação
Memória descritiva;		18 - Trabalho em grupo - PROCESSO;	Rubrica de avaliação
Organização de materiais;		11 - Visita de estudo;	Rubrica de avaliação
12 - Portefólio;	Rubrica de avaliação	23 - Estudo autónomo - 1ceb	Rubrica de avaliação
24 - Caderno diário / dossiê	Rubrica de avaliação	Caderno diário - dossiê	Rubrica de avaliação
25 - Trabalho prático de expressão plástica	Rubrica de avaliação	29 - Resposta restrita texto literário	Rubrica de avaliação
26 - Desenho	Rubrica de avaliação	30 - Texto apreciação crítica de cartoon	Rubrica de avaliação
27 - Portefólio de expressão plástica	Rubrica de avaliação	31 - Texto expositivo a partir de obra literária	Rubrica de avaliação
28 - Expressão plástica (CPTAI)	Rubrica de avaliação

¹⁴ Pretende-se ir aumentando e completando a listagem de processos e respetivas rubricas de avaliação.

ANEXO 3 – Modelo para elaboração de rubricas de avaliação

DESIGNAÇÃO DA RUBRICA					
CRITÉRIOS	Níveis de desempenho				
	N5	N4	N3	N2	N1
Critério 1	Descritor	Nível intermédio	Descritor	Nível intermédio	Descritor
Critério 2	Descritor		Descritor		Descritor
Critério 3	Descritor		Descritor		Descritor
...

ANEXO 4 - Exemplos de Critérios para uso em Rubricas (alguns já utilizados em rubricas já produzidas):

Compreensão	Autonomia
Mobilização	Responsabilidade
Aplicação	Cooperação
Rigor	Resolução de conflitos
Correção	Gestão do tempo
Pertinência	Empatia
Adequação	Assertividade
Persuasão	Persistência
Análise	Resiliência
Síntese	Autorregulação
Fluência	Metacognição
Perceção no espaço	Agência
Participação	Planeamento
Literacia digital	Comunicação
Literacia em informação	Monitorização
Literacia para os media	...
...	...

ANEXO 5 – Modelo para definição de critérios de avaliação e de classificação

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO		
AGRUPAMENTO DISCIPLINAR: _____		
CICLO/ANO: _____		DISCIPLINA: _____
Domínios de avaliação específicos da disciplina*	Ponderações por domínio para efeitos de classificação**	Processos de recolha de informação (a considerar para efeitos de avaliação sumativa)
A definir em grupo de trabalho	A definir em grupo de trabalho	A definir em grupo de trabalho

* Podem reproduzir os domínios gerais estabelecidos para o agrupamento, ou traduzir domínios específicos da disciplina.

** Em função das opções curriculares, pode ser distribuída igualmente por todos os domínios, ou, em alternativa, de forma equitativa, reproduzindo a importância atribuída a alguns domínios em detrimento de outros.

ANEXO 6 – Correspondência entre os níveis de consecução e as escalas de classificação por níveis de ensino

1CEB	Escala de avaliação (qualitativa)	Níveis de desempenho				
		N1	N2	N3	N4	N5
		INS	SUF	B	MB	EXC

23CEB	Escala de avaliação (quantitativa)	Níveis de desempenho				
		N1	N2	N3	N4	N5
		1	2	3	4	5

ES	Escala de avaliação (quantitativa)	Níveis de desempenho				
		N1	N2	N3	N4	N5
		1 - 4	5 - 9	10 - 13	14 - 16	17 - 20